



MODERNIDADE
SEM FRONTEIRAS:
DESENVOLVIMENTO
E DESIGUALDADES
ENTRELAÇADAS

AIRTON ADELAR MUELLER
FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES SOARES
(Organizadores)

©2018, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 3000, Bairro Universitário
98700-000 – Ijuí – RS – Brasil
Fones: (0__55) 3332-0217

Editor

Fernando Jaime González

Conselho Editorial:

Daniel Rubens Cenci

Evelise Moraes Berlezi

Martinho Luís Kelm

Paulo Sérgio Sausen

Sandra Beatriz Vicenzi Fernandes

Vania Lisa Cossetin

2018 ©Copyright UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, 1105 – Bairro Universitário – C.P. 3167 – 88806-000 – Criciúma – SC
Fone: +55 (48) 3431-2500 – Fax: +55 (48) 3431-2750

Reitora

Luciane Bisognin Ceretta

Vice-Reitor

Daniel Ribeiro Preve

Conselho Editorial

Dimas de Oliveira Estevam (Presidente)

Ângela Cristina Di Palma Back

Fabiane Ferraz

Marco Antônio da Silva

Melissa Watanabe

Merisandra Côrtes de Mattos Garcia

Miguelangelo Gianezini

Nilzo Ivo Ladwig

Reginaldo de Souza Vieira

Ricardo Luiz de Bittencourt

Richarles Souza de Carvalho

Samira da Silva Valvassori

Vilson Menegon Bristot



MODERNIDADE SEM FRONTEIRAS: DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES ENTRELAÇADAS

AIRTON ADELAR MUELLER
FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES SOARES
(Organizadores)



Editora UNIZUI



ediunesp

Editora UNIJUÍ - Editora da UNESCO

Revisão: Editora UNIJUÍ

Projeto gráfico, diagramação e capa Editora da UNESCO: **Luiz Augusto Pereira**



As ideias e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus organizadores e autores.

Catálogo na Publicação

M689

Modernidade sem fronteiras : desenvolvimento e desigualdades entrelaçadas / organizadores Airton Adelar Mueller, Fabrício Antônio Antunes Soares. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ : EDIUNESC, 2018.
296 p.

ISBN : 978-85-419-0248-9

1. Sociologia. 2. Historiografia. 3. Ciências políticas.
4. Desigualdade. I. Mueller, Airton Adelar. II. Soares, Fabrício Antônio Antunes.

CDU : 316

Bibliotecário Responsável
Ginamara de Oliveira Lima
CRB 10/1204

PREFÁCIO

O mal-estar com seus próprios resultados e a sensação de uma crise que já vai se tornando crônica são marcas inconfundíveis das Ciências Sociais no século 21. Tanto a Sociologia quanto as ciências políticas contemporâneas parecem completamente desarmadas para lidar com um mundo que não cabe mais (na verdade nunca coube) nas fronteiras nacionais e nem é traduzível nos pares de categorias binárias que seguem onipresentes em textos influentes: branco/negro, homem/mulher, ocidente/resto do mundo, tradicional/moderno.

As reações esboçadas pelo núcleo duro, o chamado *mainstream* destes campos de conhecimento, à perda de potência explicativa de suas categorias e recursos analíticos não têm sido satisfatórias. De forma geral, as ciências políticas reagem com mais formalização e suposto rigor metodológico. Apuram a estatística, refinam as regressões, investem milhares em *surveys*, integram novas bases de dados, o que em si é naturalmente meritório. Não é possível, contudo, compensar metodologicamente falhas que são analítico-teóricas. Melhoram-se os dados, mas as categorias usadas para analisá-los são, ainda, basicamente as mesmas cunhadas pela teoria da modernização nos anos 50 do século 20. A vertente da ciência política, hoje, que detém os postos de maior prestígio e dita o padrão de excelência e reputação no campo é, teoricamente, pobre e míope com relação aos desenvolvimentos históricos e às conexões de sentido mais complexas. Sofisticou-se nos métodos de análise de instituições políticas, mas, teoricamente, não se vê sequer uma reflexão que mereça o nome sobre a ideia de poder, objeto por excelência das ciências políticas.

Na Sociologia a situação não é melhor. Teorias sociológicas mais gerais praticamente saíram de cena desde a década de 90, juntamente com a morte ou a aposentadoria de seus inventores. A disciplina parece estrangulada e estéril, premida entre duas tendências igualmente perversas. A primeira é a formalização e a empiricização excessiva, as quais reduzem a Sociologia

à análise das estruturas e grandes agregados sociais. A segunda tendência é o refúgio nos microuniversos culturais e a construção de uma narrativa que nada mais é que a reprodução dos relatos de personagens sociais. Se na primeira tendência a Sociologia imita a economia, ou melhor, a econometria, na segunda ela imita a Antropologia. Em ambos os casos a disciplina perde o foco sobre aquilo que é sua marca de origem, qual seja, o estudo da sociedade, como formulou com muita propriedade, há alguns anos, o sociólogo alemão Klaus Lichtblau.

Esta descrição pouco alentadora da situação em que se encontram as Ciências Sociais corresponde, para nossa sorte, a apenas uma parte da história presente da Sociologia e das ciências políticas. Mais além do que se discute nas associações e revistas de Ciências Sociais que continuam ocupando o topo dos *rankings*, percebe-se um movimento, em certo sentido, oposto àquele descrito até aqui. Trata-se, na ciência política, de um esforço de recuperar a história, a análise de poder e a economia política como ingredientes necessários ao intento de entender a política contemporânea. Na Sociologia observa-se um empenho promissor em reconstruir uma narrativa mais geral; contudo não mais como um relato desenvolvido por um ator universal e hegemônico que se coloca por fora e acima das relações sociais. A grande narrativa chega agora embebida da diversidade de experiências observadas em diferentes partes do mundo e não mais naquilo que viveu os 5% – se tanto – da população mundial residentes nas sociedades europeias que formavam a base empírica das últimas grandes teorias gerais de prestígio dos anos 80 e 90.

Sem nenhuma pretensão de exaurir este vastíssimo tema no espaço de um prefácio, mas apenas para buscar demarcar o escopo destes novos desenvolvimentos, gostaria de identificar ao menos três grandes âmbitos de observação deste importante processo contemporâneo de autorrenovação das Ciências Sociais.

O primeiro âmbito diz respeito ao esforço de escapar àquilo que H. Martins, na década de 70, e autoras e autores como N. Glick-Schiller e U. Beck, nos anos 90 e 2000, chamaram de nacionalismo metodológico. Trata-se de buscar entender processos, atores e estruturas que desafiam as fronteiras

administrativas do Estado-nação, bem como as divisões convencionais entre fatores externos e internos, política doméstica e externa. Questões como políticas de imigração e para refugiados, problemas ambientais e mesmo a constituição das desigualdades sociais são temas que só podem ser estudados de forma muito parcial e limitada quando nos restringimos às fronteiras nacionais. Tanto no âmbito dos chamados estudos transnacionais quanto na teoria do sistema-mundo, têm sido observados avanços consideráveis no sentido de dar conta das relações e processos que são globais. Particularmente produtivos são estudos que procuram expandir e aplicar o conceito de modernidade entrelaçada (*entangled modernity*), cunhado pela antropóloga social Shalini Randeria. Sobre esta base desenvolveu-se, no âmbito da rede de pesquisa desigualdades.net, sediada em Berlim, o conceito de desigualdade entrelaçada e que busca precisamente chamar a atenção para o fato de que boa parte das desigualdades sociais existentes não são originadas no âmbito nacional, mas decorrem de fluxos e processos globais. É verdade que os mecanismos disponíveis para promover redistribuição e mitigar desigualdades estão concentrados mormente nas mãos dos Estados nacionais, contudo isto não anula a necessidade de, analiticamente, buscar apoiar-se em conceitos como desigualdades entrelaçadas que remetem a unidades analíticas relacionais que extrapolam as fronteiras do Estado-nação.

O segundo âmbito no qual se observam avanços profundos nas Ciências Sociais contemporâneas refere-se à formulação de novos teoremas teóricos, os quais fogem à fórmula cunhada pela teoria da modernização no pós-guerra. Segundo tal fórmula, diferenças entre o “o resto do mundo” e o padrão de sociedade usado na teoria para definir a modernidade, qual seja, algumas poucas sociedades nacionais da Europa e América do Norte, devem ser entendidas como atraso, desvio ou falta. Isto é, não se trata propriamente de diferenças, mas de algo ainda não existente, como se as sociedades do “resto do mundo” representassem cópias, em geral imperfeitas, do modelo construído teoricamente. Não apenas neste âmbito, mas com especial ênfase do campo dos estudos pós-coloniais, esta macrossociologia de traços coloniais, incompleta e insatisfatória, vem sendo criticada e substituída por uma

leitura dos processos de transformação das sociedades não europeias, a partir de suas interdependências transnacionais e globais. Na verdade a ideia de que a modernidade se desenvolve de forma interdependente e interconectada nas diversas partes do mundo não é nova nas Ciências Sociais. Os escritos de Karl Marx sobre a acumulação original (equivocadamente traduzida como acumulação primitiva), a noção de figuração de Norbert Elias ou a correlação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, conforme postulada pelos teóricos da dependência, são alguns exemplos que mostram que a preocupação com as interdependências é cara às Ciências Sociais. Não obstante, o núcleo mais estabelecido da Sociologia e da ciência política abandonou, desde as últimas décadas do século passado, esta chave analítica poderosa e indispensável para interpretar as sociedades complexas contemporâneas. Nesse sentido, é uma fortuna que o tema da interdependência tenha sido retomado de forma inovadora e sofisticada nos debates contemporâneos, ao menos no espaço para além do *mainstream* das Ciências Sociais.

O terceiro e último desenvolvimento das Ciências Sociais contemporâneas que cabe destacar aqui refere-se à dimensão institucional e, mais precisamente, ao processo de descentramento da produção acadêmica tanto no plano global quanto no interior de cada país. No final da década de 80, em um debate acerca da situação das Ciências Sociais no Brasil, o cientista político F. W. Reis comentava que “Paris pensa o mundo, São Paulo pensa o Brasil, Recife pensa o Nordeste”. Havia, já naquela altura, algo de exagero e provocação na imagem criada por Reis, mas, no essencial, a afirmação retratava bem o momento das Ciências Sociais há três décadas. Hoje, a constatação perdeu sua validade. Cientistas sociais estabelecidos em Paris parecem, atualmente, mais preocupados em entender seus *banlieues* que em desenvolver grandes teorias. Já em Recife ou São Paulo há certamente muitos cientistas sociais pensando o mundo. De todo modo, o que se verifica é que aquela divisão colonial do trabalho acadêmico já não existe mais como existia há 30 anos. Segundo tal divisão, as academias do Norte global ditavam as teorias e métodos válidos, os centros hegemônicos dos países do Sul global absorviam estas teorias e os cientistas sociais das “periferias internas” de cada país apli-

cavam estas teorias e métodos a casos empíricos. É verdade que, em alguns casos, ainda funciona desta maneira, principalmente no âmbito das ciências políticas com respeito aos métodos. De forma caricatural, o que se tem é que a ciência política americana dita os métodos válidos, cientistas políticos em São Paulo ou no Rio validam e aplicam estes métodos para estudos sobre o Brasil, primeiramente, e, depois, cientistas políticos no restante do país passam a adotar os mesmos métodos.

Para a Sociologia, o modelo praticamente já não se aplica. As teorias que vêm adquirindo mais prestígio nascem ou em redes estabelecidas de pesquisa como aquela dos teóricos do sistema-mundo reunidos em torno de I. Wallerstein ou em centros acadêmicos no Sul global, como Índia, Cingapura ou Peru. Por outro lado, no âmbito doméstico no Brasil, já não existe a hegemonia clara de São Paulo. Cientistas sociais internacionalmente conhecidos podem estar igualmente baseados em Brasília, Recife, Fortaleza, Belo Horizonte ou Porto Alegre. Seu contato com o mundo, por assim dizer, já não é mais mediado por colegas de São Paulo ou Rio de Janeiro. Estes centros formam seus próprios quadros de pesquisadores e desenvolvem linhas de pesquisa em associação com redes internacionais, como acontece com as pesquisas sobre as teorias do Sul desenvolvidas na Universidade de Brasília ou as discussões sobre a Sociologia decolonial levadas a cabo na UFPE, em Recife, para citar dois exemplos.

O livro que a leitora ou o leitor tem em mãos é um reflexo e um documento deste novo momento das Ciências Sociais contemporâneas. Neste volume encontram-se contribuições em que se encontram materializados os três desenvolvimentos descritos anteriormente, quais sejam, a superação do nacionalismo metodológico, a rejeição da teoria como imitação e o descentramento geográfico, aliás geopolítico, da reflexão intelectual. As autoras e autores dos capítulos, com poucas exceções, são jovens pesquisadores que estão terminando ou terminaram recentemente seus Doutorados. Os temas, em si, são diversos, vão da discussão tributária às controvérsias em torno dos transgênicos. O desejo de compreender o mundo a partir de chaves mais complexas e pós-nacionais e, em alguns casos, pós-coloniais, é o que confere

personalidade e conjunto à obra. Tomados como um todo, estes trabalhos representam uma lufada de ar fresco e um convite a abanar o mofo do provincialismo e dos vícios coloniais que ainda contaminam nossas práticas acadêmicas. Boa leitura!

Sérgio Costa

Professor titular de Sociologia da Freie Universität Berlin, Alemanha.

Para mais informações, acesse:

<<http://www.lai.fu-berlin.de/en/homepages/costa/index.html>>.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 INEQUALITIES UNBOUND. TRANSREGIONAL ENTANGLEMENTS AND THE CREOLIZATION OF EUROPE Manuela Boatcă	21
CAPÍTULO 2 MODERNIZAÇÃO E COSMOPOLITISMO: ENTRE RACIONALIZAÇÃO SOCIAL E MUNDIALIZAÇÃO/ GLOBALIZAÇÃO Estevão Bosco	45
CAPÍTULO 3 A HISTORIOGRAFIA DA NAÇÃO: UMA INTERPRETAÇÃO Fabrício Antônio Antunes Soares	77
CAPÍTULO 4 APORTES TEÓRICOS SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO Jeremyas Machado Silva	101
CAPÍTULO 5 LIMITES E ENGODOS DA ABORDAGEM COMUNITARISTA / <i>BOTTOM-UP</i> DE CAPITAL SOCIAL EM CONTEXTOS GLOBALIZADOS Airton Adelar Mueller	117

CAPÍTULO 6	153
ASPECTOS EXTRATERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO: CAPITAL SOCIAL, HISTÓRIA, TRANSNACIONALIZAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL MERIDIONAL	
Eduardo Relly	
CAPÍTULO 7	181
HISTÓRIA INTELECTUAL E OS PERIÓDICOS: O CASO DA REVISTA BRASILIENSE	
Ricardo Oliveira da Silva	
CAPÍTULO 8	203
A CRIAÇÃO DE UMA CONTROVÉRSIA SOBRE OS TRANSGÊNICOS NO BRASIL	
Renata Campos Motta	
CAPÍTULO 9	229
DESIGUALDAD Y MIGRACIÓN: LOS MODOS DE HACER FAMILIA EN FLUJOS TRANSNACIONALES DE PERSONAS	
Javiera Cienfuegos Illanes	
CAPÍTULO 10	247
ELITES, DESIGUALDAD Y DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA	
Jorge Atria Gonzalo Franetovic Esteban Muñoz	
SOBRE OS AUTORES	289